

Constatações, questões e proposições acerca do papel da Pós-Graduação na formação do pensamento sobre as escalas do planejamento e desafios a gestão metropolitana no Brasil

Olga Lúcia C. de Freitas Firkowski
Departamento de Geografia
Universidade Federal do Paraná

Resumo

O texto tem por objetivo registrar os principais elementos apontados na intervenção realizada no âmbito da participação na mesa redonda intitulada *O papel da Pós-Graduação na formação do pensamento sobre as escalas do planejamento e desafios a gestão metropolitana e de cidades médias*. Estrutura-se por meio de três partes, dedicadas respectivamente a: constatações, questões e proposições. No interior de tais partes trabalha-se sempre com duas dimensões: uma relativa ao processo de formação no âmbito da pós graduação e outra relativa ao objeto prioritário de análise, aqui delimitado como o metropolitano, tanto relativo ao fenômeno metropolitano em si, quanto ao recorte institucional representado pelas regiões metropolitanas. A construção do texto ancora-se em diversas indagações, buscando contribuir e motivar o pensamento crítico sobre as práticas correntes no meio acadêmico e sobre seu distanciamento da realidade política do planejamento e gestão no Brasil, sobretudo quando se toma as regiões metropolitanas como centro da análise.

PALAVRAS-CHAVE: gestão. região metropolitana. formação. planejamento.

Considerações acerca do tema

Refletir sobre o tema da mesa, qual seja *o papel da Pós-Graduação na formação do pensamento sobre as escalas do planejamento e desafios a gestão metropolitana e de cidades médias*, exige algumas opções e delimitações. Em primeiro lugar a opção revela os caminhos prioritários de análise, nesse texto, a dimensão metropolitana será enfatizada, tal se justifica em razão da proximidade temática com a mesma. Também é preciso situar *desde onde* as considerações feitas foram pensadas e em que contexto fazem sentido, o que tem relação direta com as experiências pessoais e práticas profissionais de quem emite suas considerações.

Assim, as reflexões a seguir partem de uma prática profissional que tem origem numa universidade pública federal; de um campo específico do conhecimento, a Geografia; a partir das experiências em um programa de pós graduação com mestrado e doutorado e do envolvimento em diferentes dimensões do processo de avaliação, com destaque para aqueles relativos a artigos encaminhados a periódicos científicos e a projetos de pesquisa submetidos às agências de fomento, além da participação em júris de indicação de teses e dissertações e da participação em bancas de trabalhos de conclusão, de diferentes níveis.

Reveste-se de grande importância marcar *desde onde* o texto foi escrito, pois as experiências profissionais/individuais são decisivas na construção de nossa visão de mundo e na priorização dos elementos que

permitem pensar o papel da Pós-Graduação na formação do pensamento sobre as escalas do planejamento e desafios a gestão metropolitana, aqui o título já se apresenta deliberadamente modificado e, pelas razões apontadas, as cidades médias não comparecerão no interior da reflexão.

A decomposição do título proposto permite seu desdobramento em duas dimensões: uma que se refere à *formação* e outra que se refere ao *objeto*, qual seja, o metropolitano. Assim, operacionalmente, as ideias contidas nesse texto estão agrupadas em três seções: a primeira dedicada a constatações; a segunda ao levantamento de questões e a terceira a proposições.

O convite à reflexão sobre o tema proposto se faz com forte caráter de indagação, pela compreensão de que é ela que pode motivar a busca pelo novo. Perguntas, e não respostas, conduzem prioritariamente a redação do presente texto.

Constatações sobre a formação

A formação que temos proporcionado aos alunos de pós graduação está perpassada pela visão de Universidade que predomina nos tempos atuais, e que pode ser sintetizada como a convivência, nem sempre harmônica e amistosa, de diversos universos paralelos que pouco se entrecruzam, com forte predomínio do individualismo e com a prevalência da competitividade, colocada em bases individuais e não coletivas: o meu tema, o meu projeto, o meu financiamento, a minha pesquisa, a minha tese...

A tendência ao fortalecimento de redes de pesquisa e não mais de projetos individuais, em muitos casos, tem recriado num outro patamar esse individualismo que, em vários casos, ocorre no âmbito dos grupos, incapazes de discutir o objeto que têm em comum. Com isso, o objeto se coloca em segundo plano.

Nesse universo, como se dá a escolha dos temas de pesquisa: como atribuir significado coletivo aos temas que são escolhidos individualmente? Como avaliar num concurso de teses ou dissertações, por exemplo, o que é relevante para uma comunidade se as opções são resultantes de agendas individualizadas de pesquisa? Embora se reconheça que o espírito da produção acadêmica deve resguardar a liberdade de interesses e objetos de pesquisa e a multiplicidade de olhares, parece cada vez mais difícil estabelecer parâmetros do que faz sentido coletivamente, do que responde questões colocadas pela comunidade, estamos

respondendo, cada vez mais, questões particulares e num nível de introspecção tal que a interlocução se torna difícil e cada pesquisador cria seu próprio universo e sua própria universidade.

A isso se soma uma visão acelerada do tempo e da titulação, a partir da qual os pós graduandos encontram-se comprimidos em seu processo de amadurecimento pessoal e profissional. Há falta de tempo para reflexão e operacionalização de propostas mais robustas de trabalho, não há tempo para o trabalho em conjunto.

Quais os novos filtros capazes de possibilitar a incorporação das questões do nosso tempo, das técnicas do nosso tempo? Será que é inexorável o fim do pensamento coletivo, ampliado em face da proeminência do individual?

O que é a universidade hoje? Um conjunto de indivíduos com interesses específicos atuando sob uma denominação coletiva mas no interior da qual as interações são cada vez mais tênues? Uma simples busca no diretório de grupos de pesquisa do CNPQ mostra a quantidade de grupos cadastrados e que tem em sua composição 1 ou 2 pesquisadores e 2 ou 3 estudantes, como se cria uma dinâmica de grupo quando as interações entre pesquisadores não ocorrem, que práticas de produção do conhecimento transmitimos aos estudantes, onde universos paralelos permanecem em trajetórias sem intersecções?

Constatações sobre o objeto

O tema da metropolização tem mobilizado diversos campos do conhecimento e diversas instituições no país recentemente, cada um a partir de uma perspectiva. Pode-se apontar, no campo dos eventos, o seminário promovido pela CAPES em maio de 2012, denominado "Metropolização brasileira e os desafios da gestão urbana: o papel da pós-graduação"; o simpósio realizado no mês de novembro de 2012 pela PUC-Rio, denominado "I Simpósio Internacional Metropolização do Espaço, Gestão Territorial e Relação Urbano-Rural", bem como os debates realizados no presente evento, promovido pela ANPPUR, e denominado "VI Seminário de Avaliação do Ensino e da Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais", além de diversos Grupos de Pesquisa e, em particular, de dois INCT (Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia), que se dedicam a essa temática, a saber: Observatório das Metrôpoles e Centro de Estudos da Metrôpole. Também destaca-se o projeto do IPEA denominado "Estudo das

Regiões Metropolitanas do Brasil”, no interior do qual um amplo debate sobre a questão metropolitana está em andamento.

Se observarmos os periódicos científicos, uma relevante e qualificada produção sobre a temática está disponível. Assim, na perspectiva acadêmica o tema metropolização é debatido, pesquisado, proposições existem. São inúmeras as teses e dissertações a tratar do mesmo, mas prevalece uma ausência de clareza nos sentidos de planejamento e gestão e seu papel na vida social e nos cursos de formação.

São múltiplos os recortes possíveis sobre o planejamento, que imbricam modalidades e escalas: planejamento regional; planejamento territorial; planejamento metropolitano; planejamento por bacia; planejamento urbano; planejamento estratégico; planejamento participativo; planejamento setorial, dentre outros.

Contudo, a peculiaridade desse tema é que para responder a questão colocada sobre as escalas do planejamento e desafios a gestão metropolitana, há que se acionar uma outra dimensão do mesmo, qual seja a dimensão política.

É no âmbito da dimensão política que parece fazer sentido relacionar gestão metropolitana com escalas de planejamento, tendo em vista ser no âmbito político que se estabelecem as proposições da ação, que se fazem as escolhas de intervenção e que se constroem os planos e projetos.

Assim, embora o tema seja muito discutido, observa-se um vazio institucional que predomina em nossos espaços metropolitanos

contraditoriamente à profusão da produção acadêmica sobre o mesmo.

O que é gestão metropolitana? Como ela pode ser operacionalizada em face do contido na Carta Magna brasileira, segundo a qual o território se organiza por meio de três instâncias político administrativas: a municipal, a estadual e a União. Onde inserir a perspectiva metropolitana cujo caráter é cada vez mais regional?

Constituem-se as regiões metropolitanas recortes adequados para tratamento do tema metropolitano no Brasil? A diversidade na composição das regiões metropolitanas não permite que qualquer política pública seja concebida de modo a contribuir com a solução dos problemas comuns.

A dinâmica na proposição de regiões metropolitanas resultou, desde a Constituição de 1988, na descaracterização das mesmas como casos especiais no âmbito do processo de urbanização/metropolização, para os quais um olhar diferenciado deveria permitir a proposição de políticas também diferenciadas.

Na atualidade a simples questão sobre quantas regiões metropolitanas existem no Brasil transformou-se numa questão impossível de ser respondida, pois a dinâmica de criação das mesmas supera qualquer mecanismo de registro.

Até abril de 2013 contabilizavam-se, 57 Regiões Metropolitanas institucionalizadas, como se pode observar na Tabela 01, além de 3 RIDEs – Regiões Integradas de Desenvolvimento, que se diferem das RM's pelo fato de que sua área de abrangência ultrapassa os limites de um único Estado.

Tabela 01 – População total e posição no REGIC das Regiões Metropolitanas e RIDEs, 2013

Região metropolitana	Posição do principal centro urbano no REGIC - 2007	População total da RM - 2010 ^a	Ano de instalação
São Paulo (SP)	Grande metrópole nacional	19.683.975	1973
Rio de Janeiro (RJ)	Metrópole nacional	11.835.708	1974
Belo Horizonte (MG)	Metrópole	4.883.970	1973
Porto Alegre (RS)	Metrópole	3.958.985	1973
Recife (PE)	Metrópole	3.690.547	1973
Fortaleza (CE)	Metrópole	3.615.767	1973
Salvador (BA)	Metrópole	3.573.973	1973
Curitiba (PR)	Metrópole	3.174.201	1973
Campinas (SP)	Capital regional A	2.797.137	2000
Vale do Paraíba e Litoral Norte (SP) [São José dos Campos]	Capital regional C	2.264.594	2012
Goiânia (GO)	Metrópole	2.173.141	1999
Manaus (AM)	Metrópole	2.106.322	2007
Belém (PA)	Metrópole	2.101.883	1973
Vitória (ES)	Capital regional A	1.687.704	1995
Baixada Santista (SP) [Santos]	Capital regional C	1.664.136	1996
Natal (RN)	Capital regional A	1.351.004	1997
São Luís (MA)	Capital regional A	1.331.181	2003
João Pessoa (PB)	Capital regional A	1.198.576	2003
Maceió (AL)	Capital regional A	1.153.364	1998
Florianópolis (SC)	Capital regional A	877.116	2010 ^b
Aracaju (SE)	Capital regional A	835.816	1995
Vale do Rio Cuiabá (MT)	Capital regional A	833.766	2009
Londrina (PR)	Capital regional B	801.817	1998
Campina Grande (PB)	Capital regional B	736.381	2009
Maringá (PR)	Capital regional B	690.303	1998
Feira de Santana (BA)	Capital regional B	673.637	2011
Agreste (AL) [Arapiraca]	Capital regional C	601.049	2009
Cariri (CE) [Juazeiro do Norte]	Capital regional C	564.478	2009
Norte/Nordeste Catarinense (SC) [Joinville]	Capital regional B	540.098	2010 ^b
Macapá (AP)	Capital regional C	499.466	2003
Vale do Itajaí (SC) [Blumenau]	Capital regional B	486.379	2010 ^b
Vale do Aço (MG) [Ipatinga/Cel. Fabriciano/Timóteo]	Capital regional C	451.670	2006 ^d
Foz do Rio Itajaí (SC) [Itajaí]	Centro sub-regional A	439.520	2010 ^c
Sudoeste Maranhense (MA) [Imperatriz]	Capital regional C	345.873	2005
Chapecó (SC)	Capital regional B	344.591	2007
Carbonífera (SC) [Criciúma]	Capital regional C	331.281	2010 ^c
Zona da Mata (AL) [União dos Palmares]	Centro de zona A	315.128	2011
Santarém (PA)	Capital regional C	310.898	2012
Capital (RR) [Boa Vista]	Capital regional C	298.215	2007
Umuarama (PR)	Centro sub-regional A	290.752	2012
Alto Vale do Itajaí (SC) [Rio do Sul]	Centro sub-regional A	269.424	2010 ^b
Patos (PB)	Centro sub-regional A	224.550	2011
Vale do Paraíba (AL) [Atalaia]	Centro local	202.726	2011
Guarabira (PB)	Centro sub-regional A	193.671	2011
Lages (SC)	Centro sub-regional A	171.512	2010
Cajazeiras (PB)	Centro sub-regional A	167.971	2012

Palmeira dos Índios (AL)	Centro de zona A	151.725	2012
Vale do Piancó (PB) [Piancó]	Centro de zona B	146.601	2012
Vale do Mamanguape (PB) [Manguanguape]	Centro de zona A	136.422	2013
Esperança (PB)	Capital regional B	134.085	2012
Itabaiana (PB)	Centro de zona A	131.992	2012
Tubarão (SC)	Centro sub-regional A	129.544	2010 ^c
Sousa (PB)	Centro sub-regional A	112.217	2013
Barra de Santa Rosa (PB)	Centro local	77.573	2012
Araruna (PB)	Centro de zona B	64.572	2013
Central (RR) [Caracaraí]	Centro local	27.094	2007
Sul do Estado (RR) [Caroebe]	Centro local	21.633	2007
RIDEs			
Distrito Federal e Entorno [Brasília]	Metrópole nacional	3.717.728	1998
Teresina/Timon [Teresina]	Capital regional A	1.150.959	2002
Petrolina(PE)/Juazeiro(BA)	Capital regional C	689.410	2001
Brasil		190.755.799	

Fonte: IBGE (2010); Emplasa (2013); RIBEIRO *et al.* (2012); Assembleia Legislativa dos Estados.

a - Dados relativos as regiões metropolitanas, excluídos os municípios do colar e/ou área de expansão metropolitanas, quando existentes.

b - Regiões metropolitanas originalmente criadas no ano de 1998, extintas no ano de 2007 e criadas novamente no ano de 2010.

c - Regiões metropolitanas originalmente criadas no ano de 2002, extintas no ano de 2007 e criadas novamente no ano de 2010.

d - Região metropolitana criada em 1998 e instituída em 2006.

A data de criação das 57 RM's demonstra que tal dinâmica tem se acelerado recentemente, na medida em que apenas os 4 anos da década de 2010 (inclusive), respondem por 44% das regiões metropolitanas existentes hoje no Brasil, ou seja, 25 do total, como pode ser observado na Tabela 02.

Tabela 02 – Regiões metropolitanas no Brasil, por ano de instalação.

Região metropolitana	Ano de instalação
Belém (PA)	1973
Belo Horizonte (MG)	1973
Curitiba (PR)	1973
Fortaleza (CE)	1973
Porto Alegre (RS)	1973
Recife (PE)	1973
Salvador (BA)	1973
São Paulo (SP)	1973
Rio de Janeiro (RJ)	1974
Aracaju (SE)	1995
Vitória (ES)	1995
Baixada Santista (SP)	1996
Natal (RN)	1997
Londrina (PR)	1998
Maceió (AL)	1998

Maringá (PR)	1998
Goiânia (GO)	1999
Campinas (SP)	2000
João Pessoa (PB)	2003
Macapá (AP)	2003
São Luís (MA)	2003
Sudoeste Maranhense (MA)	2005
Vale do Aço (MG)	2006
Capital (RR)	2007
Central (RR)	2007
Chapecó (SC)	2007
Manaus (AM)	2007
Sul do Estado (RR)	2007
Agreste (AL)	2009
Campina Grande (PB)	2009
Cariri (CE)	2009
Vale do Rio Cuiabá (MT)	2009
Alto Vale do Itajaí (SC)	2010
Carbonífera (SC)	2010
Florianópolis (SC)	2010
Foz do Rio Itajaí (SC)	2010
Lages (SC)	2010
Norte/Nordeste Catarinense (SC)	2010
Tubarão (SC)	2010
Vale do Itajaí (SC)	2010
Feira de Santana (BA)	2011
Guarabira (PB)	2011

Patos (PB)	2011
Vale do Paraíba (AL)	2011
Zona da Mata (AL)	2011
Vale do Paraíba e Litoral Norte (SP)	2012
Cajazeiras (PB)	2012
Barra de Santa Rosa (PB)	2012
Esperança (PB)	2012
Itabaina (PB)	2012
Palmeira dos Índios (AL)	2012
Santarém (PA)	2012
Umuarama (PR)	2012
Vale do Piancó (PB)	2012
Araruna (PB)	2013
Sousa (PB)	2013
Vale do Mamanguape (PB)	2013

Fonte: Emplasa (2013); RIBEIRO *et al.* (2012), Assembleia Legislativa dos Estados.

Também é possível observar que, nos anos mais recentes, a tendência é a de criação de RM's em locais onde não se verifica qualquer problemática efetivamente metropolitana, como é o caso do Estado da Paraíba, que lidera a concentração com 12 (doze) RM's, seguido de Santa Catarina, com 9 (nove) e Alagoas com 5 (cinco). Tal realidade aponta para o fato de que Centros de Zona ou até mesmo Centros Locais (Atalaia em Alagoas; Barra de Santa Rosa na Paraíba; Caracaraí e Caroebe ambos em Roraima), segundo a classificação do REGIC, são centros urbanos que sediam Regiões Metropolitanas.

A constatação dessa situação merece atenção, sobretudo por parte daqueles que se dedicam ao tema metropolitano. Como estamos nos envolvendo e produzindo uma leitura crítica dessa realidade? Quem formamos para atuar nos estudos prévios de implantação, se é que os mesmos existem, ou no âmbito das ações necessárias posteriormente, para que esse recorte institucional não vire letra morta?

Questões sobre formação

No âmbito das questões sobre formação, cabe indagar, quem formamos para as ações de planejamento e gestão?

Aprimoramos em nossos programas de pós graduação as formas de ingresso e como tem sido a saída? Qual a qualidade dos trabalhos desenvolvidos? Qual tem sido nossa postura em face da possibilidade de reprovação, desligamento ou, em última análise, do reconhecimento das deficiências no processo de construção do trabalho acadêmico?

Fourez (1995, p. 22-23), alerta-nos de modo muito direto acerca da formação

propiciada pela universidade ao afirmar que "... julgo importante que aqueles que recebem uma formação em ciência não se tornem seres 'unidimensionais', incapazes de ver algo mais além de sua prática técnica", e sobre a necessidade da ampliação do processo de reflexão afirma "em outros termos ainda, uma abordagem filosófica se opõe ao condicionamento dos cientistas 'técnicos perfeitos', mas incapazes de refletir sobre as implicações humanas de suas práticas...".

Tratar do tema das escalas de planejamento e dos desafios à gestão metropolitana, exige mais do que uma formação técnica, exige sensibilidade para as questões do cotidiano, cada vez mais ampliado, sobre o qual movem-se pessoas, bens e informações em intensidade crescente. Exige mobilizar conhecimentos capazes de imprimir novos significados ao urbano e ao metropolitano.

Questões sobre o objeto

Como nos contrapomos aos novos interesses que atropelam, nas cidades, as urgências da sociedade? Quais escalas se colocam hoje como pertinentes? Como transformar em realidade efetiva a proposição teórica da multiescalaridade?

No âmbito da gestão metropolitana, carece de constante atualização nossa compreensão sobre o que é metropolitano; o que sustenta esse nível de gestão; ou ainda indagar sobre as regiões metropolitanas no Brasil hoje, a partir do quadro traçado anteriormente, o que fazer com elas na perspectiva do planejamento e da gestão? Assumir ou abandonar?

Observamos, como apontado anteriormente, a oposição entre o vazio institucional que predomina em nossos espaços metropolitanos e a profusão da produção acadêmica sobre o metropolitano. Resultado do descompasso entre estruturas espaciais cuja transformação ocorre de modo cada vez mais rápido e as estruturas administrativas cuja transformação quase não existe ou, quando sim, ocorre de modo muito lento...

No âmbito teórico, uma metáfora muito oportuna para facilitar a apreensão do problema parece ser aquela da *metrópole líquida*, ou seja, como um fenômeno incapaz de ser contido em delimitações pré-estabelecidas, dada a dinâmica de alterações por que passa, quando tomada em seu processo cotidiano de conformação.

Uma metrópole líquida tem limites sempre provisórios, em permanente estado de transformação "como linhas sólidas em volta

de um fenômeno líquido, os limites podem ser identificados como uma aproximação, incertamente fixada de objetos em movimento” (SHORT, 2007, p. 16-17).

Assim a metropolização, “processo que resulta na formação de metrópoles, designa o estado atual da territorialização das regiões em intenso desenvolvimento, qualquer que seja sua posição no âmbito do desenvolvimento ou subdesenvolvimento”, (FERRIER, 2001, p. 42), ocorre de modo universal, embora resulte de dinâmicas distintas nos vários países onde se manifesta. Ferrier (2001) sugere mesmo a existência de uma verdadeira teoria geográfica da metropolização, capaz de associar, de um lado, o sistema tecnoespacial que une processos técnicos e econômicos que transformam o mundo e que são reconhecidos pelo termo de mundialização e, de outro, a realidade territorial correspondente, a metropolização, no âmbito de um sistema que constrói a realidade espacial atual.

Assim,

A metrópole contemporânea, a que exprime um novo tempo, pode ser considerada uma espécie de tradução urbana da manifestação socioespacial da globalização. Ela apresenta uma forma territorial nova, que pode ser descrita como uma ampliação da metrópole moderna, herdada do processo de urbanização e industrialização. Ela é produto do processo de metropolização, que nada mais é do que uma metamorfose do processo de urbanização. (LENCIONI, 2011, p. 135)

Motivado por tal realidade, o metropolitano é também desencadeador de neologismos com diferentes abrangências. É caso da proposição de Di Meo (2008, p. 7) ao cunhar o termo *metropolidade*, para designar “formas novas de sociabilidade e espacialidade em meio metropolitano, caracterizados pela afirmação, em especial, da autonomia individual” e de Alfonso (2009, p. 53), ao utilizar o termo *metropolitica*, como a “institucionalidade que facilite a coordenação interjurisdicional de políticas para afrontar os problemas e propor novas alternativas de desenvolvimento metropolitano”.

Em face de um objeto em acelerada transformação, qual tem sido as abordagens predominantes em nossos cursos de formação? Que ferramentas dispomos para acompanhar a realidade?

Proposições

O que propor e para qual interlocutor? Como se trata de uma discussão motivada no interior de uma entidade científica, parece fundamental que as proposições sejam direcionadas à tal entidade, cujo público é aquele sobre o qual tratamos ao longo desse texto: professores, pesquisadores, estudantes, gestores, das áreas de planejamento urbano e regional, em tese, aqueles que estão diretamente envolvidos com o planejamento e a gestão no Brasil.

De modo a superar alguns dos constrangimentos apontados anteriormente, nos parece fundamental um esforço na direção de:

a) criar mecanismos de coordenar ações, tratamos da necessidade de ampliar a interlocução, de fugir dos individualismos, mas temos uma barreira institucional já posta, também a ANPPUR não consegue superar o individualismo, embora colocado num outro patamar: numa mesma instituição podemos ter várias programas filiados/associados que nem se conhecem, que pouco interagem no sentido da produção propostas mais abrangentes de planejamento e gestão;

b) inserir, de modo mais efetivo, os posgraduandos nas discussões sobre formação, afinal, é sobre eles que incide nossas ações formativas;

c) propor programas de mobilidade entre posgraduandos no Brasil, de modo a intensificar a circulação de ideias e pessoas. Temos assistido a um incremento considerável da mobilidade entre países, mas nos esquecemos de que, para boas soluções operacionais em todo o país deve-se partir de um razoável conhecimento da realidade brasileira, o que só se faz na prática da pesquisa e da interação. Parece pertinente recompor a perspectiva regional no Brasil, que se estabelece sobre novas bases, tendo em vista os processos de mobilidade de pessoas e capitais em curso;

d) conhecer o destino dos egressos dos nossos programas de pós graduação e saber efetivamente como tem sido sua atuação no âmbito do planejamento e da gestão;

e) realizar seminários com “encomendas” de balanços das temáticas; capazes não apenas de realizar o registro do processo de produção do conhecimento como também de apontar tendências;

f) propor uma agenda de pesquisa de âmbito nacional, capaz de nortear as pesquisas e tornar mais robustas certas áreas ainda pouco exploradas por pesquisadores brasileiros;

g) interagir com a sociedade em geral, em especial nas discussões relativas ao Estatuto da Metrópole em tramitação na Câmara Federal. Depois de (e se) aprovado, de pouco valerão as críticas sobre suas incoerências internas;

h) propor fóruns de discussão da temática metropolitana que congregue também o campo político, sem o qual continuaremos a produzir teses, dissertações, artigos, mas pouca possibilidade de mudança será real.

Continuaremos reféns da dimensão política, que trata sem qualquer conteúdo técnico a constituição das regiões metropolitanas no Brasil? Ou podemos contribuir para resgatar o papel do planejamento e da gestão em realidades com diferentes complexidades, mas cada uma a merecer uma estratégia distinta de intervenção?

Referências bibliográficas

ALFONSO R., Óscar A. Metropolitica: una análisis de algunas experiencias metropolitanas globales. Cadernos Metrôpoles. São Paulo, n. 21, p. 53-74, 2009.

DI MÉO, Guy Introdução ao debate sobre a metropolização. Confins [on-line], n. 4, São Paulo, 2008, p. 2-11.

EMPLASA, 2013. Disponível em <<http://www.emplasa.sp.gov.br>>, acesso em 2 de abril de 2013.

FERRIER, Jean-Paul Pour une théorie (géographique) de la métropolisation. Cahiers de la Métropolisation. Enjeux et définition de la métropolisation. 1, 2001, p. 41-51.

FOUREZ, G. A construção das ciências. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

REGIC/2007 - Região de influência das cidades. Rio de Janeiro, IBGE, 2008.

LENCIONI, Sandra A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n.120, p.133-148, jan./jun. 2011.

RIBEIRO, L.C.Q.; MOURA, R.; DELGADO, P.; SILVA, E.T. (Coord.) **Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMs, RIDEs e AUs à dinâmica da metropolização**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, dez. 2012, 108 p.. Relatório de Pesquisa (Observatório das Metrôpoles).

SHORT, John R. Liquid city: megalopolis and the contemporary northeast. Washington: RFF Pressbook, 2007.